

10. APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICENTE DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO QUARTEL:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta para aprovação, nos termos do previsto na alínea j), do nº. 2, do artº. 23º, e das alíneas o) e bbb) do nº. 1, do artº. 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 100.000,00 €, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção de um novo quartel.

À 26 de Junho
2017

Assunto: APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICIENTE DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO QUARTEL

I. Enquadramento

1. Compete aos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições no domínio da proteção civil, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, do n.º 2 do artigo 1.º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual;
2. De acordo com a alínea e) do artigo 5º da Lei de Bases de Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação atual constitui princípio especial aplicável à atividade de proteção civil, o princípio da cooperação, que "assenta no reconhecimento de que a proteção civil constitui atribuição do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas;"
3. De acordo com o nº 1 do artigo 2º da Lei 32/2007 de 13 de agosto na redação atual, define que as Associações Humanitárias de Bombeiros, "são pessoas colectivas sem fins lucrativos que têm como escopo principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto;"
4. Os Corpos de Bombeiros, incluindo os detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, constituem agentes de proteção civil, de acordo com alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei de Bases de Proteção Civil;

II. Exposição e motivos

1. A Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga decidiu não prosseguir com a Candidatura a Fundos Comunitários no âmbito do POSEUR, que previa obras de requalificação nas atuais instalações, por entender, em primeira instância, que o montante disponibilizado era insuficiente para assegurar o investimento

necessário, e, em segundo lugar, pelo facto da solução de adaptação das atuais instalações estar fortemente condicionada e limitada não só ao espaço, mas também à zona de localização, não permitindo, desta feita, estabilizar um projeto que garanta as necessidades e exigências futuras;

2. Perante a necessidade de encontrar uma solução infraestrutural que satisfaça as atuais necessidades de proteção e socorro que o concelho de Braga, pela sua dimensão e complexidade, exige, a Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários decidiu avançar para a construção de um novo quartel dos bombeiros a localizar-se na freguesia de S. Paio de Arcos. Note-se que o atual quartel já não dispõe de espaço para mais bombeiros, sendo que as viaturas há muito que são parqueadas na rua;
3. Importa assegurar o socorro às populações com carácter regular, mediante criação de condições estruturais de apoio às equipas operacionais, e que garantam, em permanência, resposta a situações de emergência no concelho de Braga;
4. Os apoios financeiros concedidos às Associações Humanitária de Bombeiros pelo Estado, com vista ao cumprimento das suas missões, concentram-se sobretudo nos programas de apoio infraestrutural e nos programas de apoio aos equipamentos, que visam apoiar a manutenção da capacidade operacional dos corpos, de acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto;
5. As Associações Humanitária de Bombeiros podem beneficiar, de outros apoios públicos, nacionais ou comunitários, no âmbito de programas, ações ou outros meios de financiamento, ao abrigo do artigo 7.º do diploma mencionado no ponto anterior;
6. A Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga desempenha, como unanimemente é reconhecido pela sociedade bracarense, um papel imprescindível e de grande relevo na prestação de serviços públicos no âmbito da segurança e do socorro das populações e respetivos bens, nas situações de emergência;
7. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, bem como assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Nestes termos, proponho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, profira despacho no sentido de remeter a presente proposta à Câmara Municipal, para que este órgão delibere:

- A) Aprovar, nos termos do previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas o) e bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário à Associação Humanitária e Beneficente de Bombeiros Voluntários de Braga, no valor de 100.000,00 euros, com o objetivo de apoiar aquela associação na construção de um novo quartel. O valor do apoio será libertado em tranches de valor correspondente ao montante das despesas apresentadas no âmbito da execução do projeto de construção do quartel.

Braga, 15 de fevereiro de 2021

O Vereador,



Eng. Altino Bessa

DMG – DF -Divisão de Contabilidade informa que:

A despesa, no valor de € 300.000 €, tem enquadramento orçamental em (ano) 2021 na Orgânica 0102 Rúbrica Económica 080703 Projeto/Ação 2017/9-4

A Chefe da Divisão de Contabilidade,